

O SEMI-ÁRIDO BAIANO E O AGRONEGÓCIO DOS “BIOCOMBUSTÍVEIS”: PROBLEMATIZANDO A REGIÃO DE IRECÊ-BA (PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES)

Cláudio Félix dos Santos¹

Jorge Ney Valois Rio Filho

Gutierrez Barbosa Gaspar de Sousa

Resumo: O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) seguindo a orientação do movimento do capital para a implantação de áreas de produção agrícolas para o cultivo das matérias-primas para os agrocombustíveis, busca incentivar a produção destes combustíveis no Brasil. Uma das áreas com potencial de crescimento é o semi-árido e no seu interior a Região de Irecê que caminha para a ampliação do cultivo da Mamona e Peão Manso para a produção de combustíveis. A região de Irecê, conhecida na década de 1980 como “a terra do feijão”, tem enfrentado, desde meados da década de 1990 uma grave crise. Este texto tem por objetivo levantar elementos para o debate acerca do projeto de implantação da política governamental de produção do “biodiesel” como alternativa central para o problema da agricultura camponesa na região de Irecê-BA. Registre-se que este estudo está em sua fase inicial.

Palavras-chave: Capital, Agronegócio, região de Irecê

Abstract: The national program of the production and use of biodiesel (PNPB) is the official program of the project of expansion of biodiesel in the Country. One of the areas with growth potential is the "semi-Árido" and there the Region of Irecê. The region of Irecê, known in the decade of 1980 as “the land of the beans”, has faced, since middle of the decade of 1990 a serious crisis. The objective of the text is to raise elements for the debate on the governmental politics for the production of “biodiesel” as main alternative for the problem of agriculture in the region of Irecê. we register that this research meets in its initial phase

Key-word: Capital, Agribusiness, region of Irecê

¹ **Cláudio Félix:** Professor Assistente na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus XVI. Doutorado em Educação – UFBA, coordenador da linha “Coletivo de Estudos e Pesquisas em Educação e Emancipação Humana” (CEPEHU), e-mail: cefelix2@yahoo.com.br;. **Jorge Valois:** Graduado em Geografia pela UNEB, pesquisador CEPEHU. **Gutierrez Gaspar:** Assessor Pedagógico do Centro de Assessoria do Assuruá (CAA), Graduado em Pedagogia pela UNEB, pesquisador do CEPEHU.

INTRODUÇÃO

Sob a justificativa da escassez das fontes energéticas fósseis e as mudanças climáticas, emergiu nos últimos tempos a preocupação em estabelecer soluções que viessem a resolver estes problemas de proporções globais. Porém, é preciso atentar ao fato de que a propaganda do “combustível verde” ou da “energia limpa” apresenta-se como um discurso ideológico que encobre a essência predatório-destrutiva da natureza e do ser humano promovida pela produção/reprodução do capital, nesse caso, no meio rural.

As principais interessadas neste processo são as companhias de automóveis (esperam que, com o novo combustível, as pessoas sejam obrigadas a mudar de carro), as petroleiras (dominam o sistema de distribuição de combustíveis), as que controlam o comércio mundial de grãos (ganharão tanto com o aumento da demanda de agrocombustíveis, como com o aumento de preço dos alimentos que deverão competir com estes) e as transnacionais de transgênicos agrícolas (RIBEIRO, 2007).

Para a efetivação deste projeto a União Européia, por exemplo, estabeleceu que até o ano de 2010 seus países-membros devem adicionar 5,75 % de biodiesel em seu combustível e, até 2015 esta meta seria de 8%, mas a área agrícola deste continente é insuficiente para atender

tal demanda. Outro dado dá conta de que o governo dos EUA oferece incentivos fiscais para que a indústria aumente o percentual de “biodiesel” no diesel comum. Para isso se faz necessário utilizar 121% de toda a área agrícola dos EUA para substituir a demanda atual de combustíveis fósseis naquele país. (PINTO, ET all, 2007).

Deste modo, considerando o potencial de hectares de terras agricultáveis no Brasil², o país passará a ser fornecedor de energia barata para os países ricos, portanto, o modelo que se impõe é o da concentração de terra, água, renda e poder, apesar de o discurso oficial ser o da abertura de grandes possibilidades de prosperidade para os pequenos e grandes produtores, além da ampliação das divisas e investimentos no Brasil.

O discurso do “salve o planeta” defendido pelo próprio Capital em suas convenções, congressos, marketing criaram uma série de documentos tendo como preocupação central a sobrevivência do/no planeta. Criticando tais posições Mészáros pondera:

“O Deus que falhou”, na imagem da onipotência tecnológica, é agora recomposto e novamente apresentado sob o disfarce do “interesse ecológico” universal. Há dez anos a ecologia podia ser tranquilamente ignorada ou

² Estima-se que mais de 90 milhões de hectares de terras poderiam ser utilizados para produzir biocombustíveis.

desqualificada como totalmente irrelevante. Atualmente ela é obrigada a ser grotescamente desfigurada e exagerada unilateralmente para que as pessoas – suficientemente impressionadas com o tom cataclísmico dos sermões ecológicos – possam ser, com sucesso, desviadas dos candentes problemas sociais e políticos. (...) Analogamente, as pessoas deveriam esquecer tudo sobre as cifras astronômicas despendidas em armamentos e aceitar cortes consideráveis em seu padrão de vida, de modo a viabilizar os custos da “recuperação do meio ambiente”: isto é, em palavras simples, os custos necessários à manutenção do atual sistema de expansão da produção de supérfluos. Para não mencionar a vantagem adicional que constitui o fato de se compelir a população em geral a custear, sob o pretexto da “sobrevivência da espécie humana”, na sobrevivência de um sistema socioeconômico que se defronta agora com deficiências derivadas da crescente competição internacional e de uma mudança crescente na sua própria estrutura de produção, em favor dos setores parasitários.” (MÉSZÁROS, 2002, P. 989)

Deste modo, o tom cataclísmico e acrítico, deliberadamente dirigido para a não compreensão do problema e seu real enfrentamento, dentre eles o aquecimento global, faz com que, na década de 1990, ocorressem várias Convenções entre os países membros das Nações Unidas com o intuito de “resolver” esta questão. A principal delas ocorreu em Kyoto, Japão, em 1997, tendo como resolução o Protocolo de Kyoto, principal instrumento

normativo no combate ao aquecimento global.

Dentre as várias deliberações deste documento, destaca-se o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), este mecanismo de flexibilização permite que países desenvolvidos que não conseguem cumprir a sua meta de redução de carbono, comercializem créditos de carbono com nações sem compromisso de redução. Esta medida tem despertado no Brasil uma enorme euforia com a promessa de grandes vantagens econômicas possibilitadas através da produção e comercialização dos “biocombustíveis”.

Diante deste contexto, o Governo Federal tem criado mecanismos que viabilizam a concretização deste mercado altamente rentável ao país. Contudo, a implementação destas estratégias de desenvolvimento econômico baseado na produção de agrocombustíveis pode causar impactos profundos na configuração territorial das regiões agrícolas nacionais. Portanto, este artigo pretende ampliar o debate sobre a implementação das estratégias do Governo Federal na elaboração de políticas públicas que visam viabilizar a produção e o uso dos “biocombustíveis” em território nacional, destacando o possível impacto destas ações na Região de Irecê, localizada no semi-árido baiano.

Com o intuito de atender ao objetivo deste artigo, os argumentos serão expostos em três seções. Na primeira,

abordaremos os principais aspectos do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) principal instrumento regulatório criado pelo Governo Federal para a viabilização dos biocombustíveis. Na segunda, serão expostas as especificidades da Região de Irecê, o objetivo é de demonstrar as características morfoclimáticas e o contexto socioeconômico deste território. Na terceira, serão abordados as ações concretizadas no território ireceense e os possíveis impactos causados pela implementação dos agrocombustíveis na região.

1 O PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL (PNPB)

O PNPB é a principal estratégia criada pelo Governo Federal para a viabilização dos agrocombustíveis no país. Portanto, será exposto um breve relato destacando algumas características deste programa.

Segundo a cartilha elaborada e distribuída pelo Ministério de Minas e Energia o objetivo deste programa é implementar de forma sustentável a produção e uso do biodiesel, tendo como enfoque principal a inclusão social e o desenvolvimento regional, através da geração de emprego e renda.

O principal marco regulatório criado para garantir a eficiência do programa é a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005 que estabelece a obrigatoriedade da adição de um percentual mínimo de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor, em todo o território nacional. A porcentagem inicial será de 2%, sendo aumentado gradativamente até que o combustível seja 100% biodiesel. A importância desta lei, é que ela cria um mercado interno em potencial para impulsionar a fabricação do biodiesel no país.

Esta medida tem o objetivo de incentivar a instalação e ampliação de empresas produtoras de agrocombustível. O programa garante ao produtor deste produto benefícios tributários que serão diferenciados em função do tipo de fornecedor de matéria-prima (agricultura familiar ou agronegócio), tipo de matéria-prima (a palma e a mamona possibilitam maiores benefícios), além da região de cultivo das oleaginosas (as regiões com maiores incentivos são as regiões Norte, Nordeste e a área Semi-Árida).

Outra estratégia contida no programa é a disponibilização de financiamento destinados a todas as fases de produção de agrocombustível, desde a agrícola a produção de óleo bruto, armazenamento, logística, beneficiamento de sub-produtos, até a aquisição de máquinas e equipamentos. Com isso, foram criados dois programas de

financiamento: O Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Biodiesel, criado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que prevê financiamento de até 90% dos itens passíveis para projetos com Selo Combustível Social e de até 80% para os demais projetos. As taxas de juros vão de 1% a 3% ao ano. Outro programa de financiamento é o BB BIODIESEL – Programa BB de Apoio a Produção e Uso de Biodiesel, criado pelo Banco do Brasil.

Para garantir que o processo de implementação do uso e produção do biodiesel conquiste o rótulo de programa que vise o desenvolvimento sustentável, valorizando a imagem do produto para o mercado externo o governo federal criou o Selo Combustível Social que consiste em um conjunto de medidas visando estimular a inclusão social da agricultura. As empresas que seguirem os critérios estabelecidos terão direito ao selo obtendo vantagens na concessão de financiamentos além de desoneração de alguns tributos.

Percebe-se que há uma prioridade de políticas públicas destinadas às Regiões Norte, Nordeste e Semi-Árido, justificável pelo enorme potencial destas áreas no cultivo de plantas oleaginosas devido as suas condições edafoclimáticas, mão-de-obra barata, além de possibilidades do controle das águas pelas corporações e pelo Estado. No entanto, resta saber se atrelado ao sucesso econômico que o “biodiesel” promete proporcionar, ocorrerá a

promoção da “inclusão social” e desenvolvimento regional como garante o programa.

2 POTENCIALIDADES NATURAIS E CONTEXTO SÓCIOESPACIAL DA REGIÃO DE IRECÊ – BAHIA

A Região de Irecê localiza-se no semi-árido da Bahia e é formado por 20 municípios: América Dourada, Barro Alto, Barra do Mendes, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipujiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique perfazendo uma área de 26.730 km², correspondendo a 4,6% da superfície do estado da Bahia. Ocupa a zona fisiográfica da Chapada Diamantina Setentrional. A região é caracterizada por duas feições morfológicas distintas: os chapadões metassedimentares do grupo Chapada Diamantina e o Platô calcário do Grupo bambuí.

Existem oito unidades geoambientais, são elas: a chapada de Irecê; as baixadas dos rios Verde e Jacaré; a Depressão de Morpará; a Serra do Açuruá; os Planaltos da Diamantina e de Morro do Chapéu; as serras da Estiva e da bolacha; os campos de Dunas; e as planícies do São Francisco.

Os períodos de chuvas perduram de três a quatro meses, tendo oito meses de

estiagem. A pluviosidade média varia entre 500 a 700mm por ano, mas as chuvas são muito irregulares podendo variar entre 200 e 1000mm por ano. Observa-se na década de 1990 uma diminuição das chuvas. Esse quadro é seguramente uma das conseqüências do desmatamento que erradicou, na maior parte da região, a vegetação nativa da Caatinga. Os dois maiores rios da região, o Rio Verde e o Rio Jacaré, que nascem na Chapada Diamantina e deságuam no São Francisco, têm regime intermitente e também apresentam vazões cada vez menores. Isso implica numa queda de oportunidade de geração de renda para as famílias ribeirinhas, mas também de quebra do equilíbrio ecológico (CDAR, 2004).

O Território pertence ao Bioma Caatinga e aí é possível distinguir três subsistemas: o *Plató* de Irecê, com alturas geográficas médias de 700m, ocupando cerca de 60% da região, com solos extremamente férteis, mas dependente da limitada oferta de água de chuva e da água subterrânea; *os vales do Rio Verde e do Rio Jacaré*, que contornam o platô no lado leste e oeste, com boa oferta de água, tanto superficial como subterrânea, mas solos mais fracos; e *a Chapada Diamantina*, com altitudes até 1000m, com clima mais úmido e frio, mas com solos de baixa fertilidade. (CDAR, 2004)

O Povoamento da região

Identificam-se cinco períodos no processo de povoamento da região de Irecê, quais sejam:

1. Um primeiro de presença de povos autóctones – posteriormente denominados de índios - já antes da chegada dos europeus ao Brasil ou mesmo com a expulsão destes povos do litoral. Presença esta registrada em grutas e cavernas da região.
2. Um segundo momento datado do século XVI que resulta da progressiva interiorização da pecuária e da busca de minas de ouro e diamante. Período este que se estende até o século XIX.
3. No período que vai do final do século XIX a meados do Século XX configura-se uma nova etapa socioeconômica caracterizada pelo aumento do comércio, em conseqüência da implantação de transportes fluviais que tinham seu pólo na cidade de Xique-Xique.
4. A partir dos anos 1960 com os projetos Federais de Desenvolvimento Nacional que identificam na região um potencial de produção do consórcio Feijão-milho-mamona muitos migrantes, em especial vindo do agreste e sertão de Pernambuco e Paraíba, se instalam no território.

5. Observamos atualmente uma nova configuração nos processos de migração para as cidades da região, em especial o município de Irecê: agricultores sem terra que estão inchando as periferias; chegada de empresas de mineração para a exploração do fosfato e outros minérios e os projetos de exploração da mamona e do peão manso para a produção de agrocombustíveis.

Contudo, é a partir dos anos 1940 até os anos 1970, com o expressivo desenvolvimento do algodão e das emergentes culturas do feijão, milho e mandioca, que vão ocorrendo grandes transformações nas atividades agrícolas da região. A partir do incremento da cultura do feijão, milho e mamona houve a necessidade do quadro agrário se estruturar melhor a fim de dinamizar essa nova fase de produção, pois as técnicas utilizadas até então não possibilitavam expandir a área de plantio para o modelo de produção agrícola imposto pelo regime militar, entre os anos 1964 e 1985, período em que a concentração fundiária se amplia.

3 ESTRUTURA FUNDIÁRIA E PROJETOS GOVERNAMENTAIS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO REGIONAL ENTRE 1950 E A DÉCADA DE 1990.

Nos anos 1950, já a pleno vapor o projeto desenvolvimentista com base nos investimentos Estatais, houve a implantação de programas governamentais que resultaram no aumento da mecanização e na introdução de novas técnicas agrícolas na região. O primeiro órgão instalado foi a Secretaria de agricultura do Estado da Bahia, que trouxe tratores para serem alugados pelos proprietários, bem como o fornecimento de créditos para a aquisição de equipamentos junto com a superintendência do Vale do São Francisco SUVALE que, mais tarde, transformou-se em Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Tais órgãos instituíram um plano de assistência técnica e financeira para intensificar o desenvolvimento da produção agrícola da região, plano esse denominado 'Operação Irecê' pelo BNB S/A. (DOURADO, 2003)

A SUDENE se instala na região em 1959 e inicia seus trabalhos nos anos 1960 com a meta de modernizar a agricultura tradicional. Paralelamente dá-se a instalação de agências bancárias a partir de meados dos anos 1950 (Banco da Bahia, Banco do Brasil e Banco do Nordeste).

A presença do financiamento agrícola na região por meio dos bancos estatais modificou o sistema de crédito rural. Desta feita, a região passou a apresentar mudanças na organização da produção e na configuração do seu espaço. Segundo a CDAR (2004), esta movimentação de créditos: a) consolidou a cidade de Irecê como o principal centro de produção e comercialização da região; b) possibilitou uma maior integração dessa área com a economia estadual, através da consolidação das culturas de feijão, milho e mamona incorporando e ampliando a utilização de insumos, máquinas agrícolas e assistência técnica governamental; c) abandono de lavouras tradicionais por conta do financiamento para o cultivo do feijão, mamona, milho e cebola; d) surgimento e expansão de lavouras de mercado: cebola, alho e hortícolas (beterraba e cenoura) com o uso da cara e pouco acessível irrigação nos anos mais recentes e, sobretudo; e) *intensificação do processo de concentração de terra resultando do endividamento crescente dos pequenos produtores e na formação de um proletariado rural³ na região.*

Indubitavelmente, o crédito agrícola foi um dos principais instrumentos da política agrícola do governo para estimular e acelerar o crescimento econômico da região de Irecê, à semelhança de outras regiões. Contudo,

³ Faltam estudos acerca da formação do proletariado rural na região. Talvez, por ignorância nossa, não haja nenhum estudo sócio-histórico acerca desta temática.

este crédito foi praticamente exclusivo aos grandes e médios proprietários devido às exigências bancárias de garantia e documentação do imóvel. Só após o ano de 1976, com a participação no POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento das áreas integradas do Nordeste) é que uma parcela de pequenos produtores passa a obter créditos (DOURADO, 2003).

O território de Irecê passa a ter destaque no cenário nacional a partir dos anos 1970 recebendo o título de capital do feijão. O “boom” do feijão coincide com o que se convencionou chamar do “milagre brasileiro” implementado pelos governos militares. Com isto, registra-se o crescimento da imigração, sobretudo nas épocas de maior necessidade de mão-de-obra para as lavouras. Com efeito, o título de grande produtora de feijão, portanto de monocultura, tem impactos, também, na estrutura fundiária da região.

O modelo de exploração reproduz um padrão polarizado entre a pequena e a grande propriedade no qual uma maior quantidade de estabelecimentos ocupa uma quantidade menor de terras.

A análise da CDAR (2004) tomando como base de dados o senso agropecuário 1985/1995 indica que “os estabelecimentos situados no estrato de **menos de 10 ha perfaziam 63%**, sendo que, para as atividades, eram disponibilizados apenas 7% da área.” (CDAR, 2004, p. 91).

Entre 1985 e 1995 houve modificações consideráveis na distribuição fundiária regional. Observa-se que houve um crescimento do número de estabelecimentos com menos de 10 ha de 20 mil para 26 mil nesse período, enquanto a área ocupada neste mesmo extrato passou de 77 mil para 105 mil. Ou seja, um incremento de 33% de pequenas propriedades fazendo o índice de Gini da região de Irecê chegar a 0,73 em 1995, portanto menor do que o índice de Gini da Bahia no mesmo ano. (CDAR, 2004)

Quadro 1

Região de Irecê
Concentração da Terra na Bahia e na Região de Irecê (índice de GINI) 1985 – 1995.

Anos	1985	1995
Bahia	0,81	0,81
Região de Irecê	0,77	0,73

Fonte: IBGE, censos agropecuários: 1985, 1995/1996, 2000, 2005.

Esta configuração da estrutura fundiária pode estar no nascedouro de uma expressão muito ouvida no território, a de que na região de Irecê existe uma **reforma agrária natural**.

A esta afirmação contrapõe-se um arrazoado de argumentos que desmentem esta falaciosa expressão. Por exemplo, os dados do Censo Agropecuário em 1985/1995 indicam ter ocorrido na região um aumento no número de proprietários entre 10 ha a 100 ha que passaram de 11.5 mil em 1985, para 13 mil em 1995. Em contrapartida, também houve modificações nos estratos acima de 1.000 ha e nos de

10.000 ha. Um caso no município de Barra do Mendes ilustra o enunciado. Naquela cidade registrou-se um cadastro com 108 mil ha, no qual cinco proprietários participavam com 20% da área total. Outrossim, em municípios como Canarana e o seu distrito Salobro, bem como o município de João Dourado têm-se informações da grande concentração de terras para a produção de cebola. Nos municípios de Lapão encontram-se grandes quantidades de terras para a produção de cenoura, sendo um dos maiores produtores desta cultura no Estado.

Em cada município da região a apropriação de terras aconteceu de uma forma bastante diferente. Nos municípios produtores de alimentos básicos, predominavam a pequena e a média propriedade, nos outros, a exemplo de Xique-Xique, Gentio do Ouro, Ibititá, João Dourado, Lapão, Canarana, Ibipêba, houve a predominância da grande propriedade irrigada. O fato de a irrigação aportar recursos maiores, dificulta a produção dos pequenos agricultores, sendo o sequeiro⁴ a forma comum de produção dos agricultores da região. Além disso, a falta de organização sociopolítico dos trabalhadores rurais⁵ dificulta a construção

⁴ Técnica tradicional de trabalhar a terra na qual se espera a chegada das chuvas para o plantio. Portanto, sem a utilização de um sistema de irrigação controlado sistematicamente.

⁵ As associações de trabalhadores rurais e de assentamentos na região, em sua imensa maioria, não trabalham com projetos de formação e capacitação coletiva, produtiva com os seus associados. Em pesquisas realizadas por

de projetos de produção associada. Some-se a isso as dificuldades de crédito e as políticas governamentais fundiárias no período no qual beneficiava uma pequena parcela de produtores.

Desta feita questionamos a falaciosa expressão “reforma agrária natural”. Se entendermos reforma agrária não apenas como distribuição de terras, mas um processo de reforma fundiária que garanta condições de possibilidades para que os trabalhadores agrícolas possam ter seu sustento com dignidade e isso implica crédito barato, educação em sentido lato, terras agricultáveis verificaremos problemas concretos no que diz respeito à qualidade de vida dos trabalhadores.

Na Bahia, a concentração de terras permanece alta e superior à média do Nordeste, aliás, a mais alta concentração da Região. Além disso, “as rendas das famílias agrícolas e não-agrícolas baianas são geralmente inferiores às rendas das famílias do Nordeste e do restante do Brasil, também explicado pela heterogeneidade do desenvolvimento regional e rural no Estado.” (SEES/Bahia, 2003, p.7)

estudantes do Campus XVI acerca do sindicato rural em Barra do Mendes verificou-se um despreparo dos dirigentes em relação a avaliação da conjuntura, educação política, articulação para a luta. A FETAG é quem predomina como movimento social de trabalhadores na região.

4 O NOVO RURAL⁶ E O AGRONEGÓCIO DOS “BIOCOMBUSTÍVEIS”: O SEMI-ÁRIDO E A REGIÃO DE IRECÊ.

Como já destacamos anteriormente, os projetos de agricultura a partir dos anos 1960 caracterizam-se por um processo intensivo de modernização e industrialização das técnicas de cultivo e criação baseadas na mecanização, uso de agroquímicos e especialização da produção (revolução verde). Neste período a economia brasileira cresceu em média 7,6% ao ano, chegando a crescer em alguns períodos 11,3 %, como em 1972. Na década de 80 este modelo entrou em crise havendo um processo de transição e intensos movimentos de lutas sociais no campo e cidade.

A classe dominante se rearticulou com a vitória de Fernando Collor de Melo em 1989 e um novo modelo de acumulação foi implantado no Brasil tendo como pólo central o capital financeiro e internacional.

A atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital, face à crise, ao avanço tecno-científico, à reorganização geopolítica e às lutas de classe que se desenvolvem no pós-70, se desdobra basicamente em três frentes articuladas: o

⁶ Ao utilizarmos a expressão Novo rural estamos nos apropriando das pesquisas e análises desenvolvidas no projeto “Rurbano: caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/1999” coordenado pelo Instituto de Economia da UNICAMP; bem como as análises do MST e da Via Campesina acerca das transformações recentes no campo.

combate ao trabalho (às leis e políticas trabalhistas e às lutas sindicais de esquerda) e as chamadas ‘reestruturação produtiva’ e ‘reforma do Estado’. (MONTAÑO, 2003: 26)

Na agricultura podem-se identificar inúmeras transformações a partir desse modelo de acumulação e direção política burguesa. O novo rural decorre da modernização da agropecuária e suas inter-relações com os segmentos industriais processadores, bem como a expansão da infra-estrutura urbana e dos serviços públicos nas zonas rurais e das chamadas atividades não agrícolas⁷. Portanto, A idéia de rural concebida como por exclusão ao urbano tende a desaparecer “sendo substituída pela noção de rural integrado com o urbano ou ainda pelo continuum rural-urbano” (SEES, 2007, p. 9).

Estas transformações estão conectadas ao movimento do capital na atualidade e que, no campo, se organiza por meio do agronegócio que tem princípios diferentes das tradicionais formas de exploração da terra e dos trabalhadores.

Agora (sic) estão combinados os interesses do grande capital internacional que controla o

⁷ algumas dessas atividades são: turismo local, complexos hípicas, leilões e exposições agropecuárias, festas de rodeios e vaquejadas, além de outras atividades, como: piscicultura, criação de aves nobres, criação de animais exóticos para corte, produção de verduras e legumes para supermercados e “fast food”, produção de sucos e polpa de fruta congelada. (SEES, 2007)

comércio, os insumos, as máquinas, os agrotóxicos, as sementes e a agroindústria com o dono da terra, o fazendeiro capitalista. O agronegócio é uma aliança desses dois atores: o capital internacional e o fazendeiro capitalista numa mesma operação. Para o fazendeiro capitalista fica a tarefa de possuir a terra, de exaurir os bens ambientais, de superexplorar os trabalhadores e entregar o produto para a transnacional. A transnacional diz: eu garanto pra vocês os insumos, os agrotóxicos e o mercado. Essa é a parceria. (STÈDILE, 2007, p. 28).

O capitalismo no campo tende a se associar com o capital urbano, com as formas de exploração empresarial da agricultura promovendo um declínio das formas de exploração tradicional da terra e exploração do trabalho.

O agronegócio configura-se, portanto como o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico e é, ainda, uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista, pois o latifúndio carrega a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração de terra. (MANÇANO, 2008)

Além da concentração das terras existe outro caráter no agronegócio que diz respeito ao domínio dos processos de produção que passam, inclusive, pelo controle monopolista das sementes e a propriedade privada da água.

Em relação às sementes, as grandes corporações monopolizam a propriedade das mesmas lançando mão das patentes.

De posse das patentes, estas empresas podem fazer, ou não, pequenas mutações genéticas com esses seres vivos e registrar como propriedade privada.

Aliado ao agronegócio, o fenômeno do hidronegócio toma corpo nas relações de produção, em especial no Semi-Árido. A água tem possibilitado vultosos lucros para as empresas. Segundo Stédile (2007), os lucros da Coca-Cola são maiores com a venda de água do que com o refrigerante Coca-Cola. Desta forma, o movimento que se observa é o da privatização e oligopolização do abastecimento de água potável, além dos benefícios, por meio dos projetos governamentais, para a utilização de águas para o agro e hidronegócio, a exemplo da transposição do Rio São Francisco e dos projetos agregados a esta empreitada.

No Semi-Árido, o projeto de transposição do Rio São Francisco configura-se como um dos projetos prioritários do governo federal. Os investimentos na obra giram em torno dos R\$ 4,5 bilhões. Porém, é realmente possível que esse custo chegue aos R\$ 20 bilhões. “Além disso, a operação do sistema de transposição terá um custo anual de cerca de R\$ 80 a R\$ 100 milhões por ano, divididos entre os quatro Estados beneficiários do projeto: Ceará, Rio

Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.”⁸.

As últimas fronteiras de terras baratas e água abundante ao longo do Rio São Francisco, são as regiões de Irecê (BA) e Juazeiro (BA), o oeste Pernambucano e o Norte de Minas. Nestas regiões estão sendo realizados projetos de construção de perímetros de irrigação para a produção de cana irrigada e frutas como o Baixio de Irecê e Salitre (Norte da Bahia), Canal do sertão (PE) e Jaíba (MG). Segundo o jornal Valor Econômico,

“De olho neste mercado, o grupo japonês Itocho Brasil, representado pelo seu vice-presidente Tatsuy Hirota e mais três executivos da corporação visitou os projetos acima citados. (...) A empresa quer construir uma planta de US\$ 50 milhões para processar 2 milhões de toneladas de cana e exportar álcool ao Japão, onde é dona de dois mil postos de combustíveis. Mas não quer administrar a área agrícola. Por isso, busca parceiros em cooperativas e grandes grupos do setor. Estuda a formação de uma sociedade de propósito específico em outros investidores. Atrás dela, podem vir os financiamentos do Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC). **‘Queremos a participação maior na usina e menor na parte agrícola e na logística’**, diz Hirota.”⁹

⁸ (Uma vida Pela vida. Disponível em http://www.umavidapelavida.com.br/contra_favor.html)

⁹ (Disponível em: <http://www.apta.sp.gov.br/noticias.php?id=2126>. Acesso em 09.02.2008.

A reportagem do Jornal Valor econômico é intitulada “um plano para fazer do sertão um mar de cana.” Note-se que a tese defendida pelos movimentos de luta no campo e intelectuais de esquerda de que ao capital internacional e financeiro não interessa a apropriação da terra revela-se na fala do empresário japonês, interessado apenas na construção e produção da usina de cana. Desta maneira, entram em destaque os agrocombustíveis, dentre eles o etanol e os combustíveis extraídos de oleaginosas no território de Irecê.

Registre-se que na região o cultivo da mamona, do girassol e do pinhão manso é uma tradição “agri-cultural” entre as famílias.

Dados da SEPLAN indicam que Lapão (cidade da região de Irecê) responde por 100% da produção de Girassol no Estado da Bahia, equivalente a 482 toneladas e por 67,10% (88, 793 toneladas) de mamona produzida neste Estado.¹⁰

A implementação do PNPB tem gerado a perspectiva da região se tornar um novo “El Dourado” agrícola, como foi nos anos 1970-1980 com o feijão. Este fato tem motivado várias associações de trabalhadores rurais e camponeses individuais, bem como a população que acompanha este debate a alimentarem a esperança de que as condições de

sobrevivência na região melhorarão e o tão esperado desenvolvimento chegará, mas desta vez com sustentabilidade – palavra mais utilizada atualmente no que se refere ao conceito de desenvolvimento das forças produtivas.

Somem-se a isso as notícias de jornais e promessas de governos e da iniciativa privada em ampliar o número de empregos diretos e indiretos na região trazendo assim os benefícios do desenvolvimento local, como anuncia esta matéria do jornal “A Tarde” (Salvador):

Até dezembro, devem ser lançados editais de licitação de dois pólos de agricultura irrigada, com base no modelo PPP (Parceria Público-Privada): Baixio de Irecê, na Bahia, e Pontal, em Petrolina (PE).

Eles terão 58 mil hectares e 7,8 mil hectares, respectivamente, e a expectativa é atrair grandes empresas e multinacionais para a gestão dos pólos. O contrato de 906 mil assinado na última terça-feira com o BIRD representa uma das últimas etapas do processo.

No Baixio de Irecê, 180 mil empregos diretos e indiretos devem ser gerados com a conclusão do projeto (...) O presidente da CODEVASF, Luiz Carlos Everton de Farias, informa que os estudos iniciais foram realizados por um consórcio formado por incorporadora e bancos privados, entre eles o Banco Santo André, FNP, Odebrecht, CODEVERDE (Cia de desenvolvimento do Vale do Rio Verde) e Lafico.” (A Tarde, 2006)¹¹ (grifos nossos)

¹⁰SEPLAN. **Relatório Perfil Territorial.** Disponível em <http://www.seplan.ba.gov.br/imagens/pdf/01.pdf>.

¹¹ A Tarde. **Licitação para Baixio de Irecê sai em 90 dias.** Salvador, 2006. Disponível em

Acompanhando este movimento e o projeto do agronegócio do governo, algumas realizações já estão sendo efetivadas como, por exemplo, a construção da fábrica esmagadora de mamona no município de Lapão.

Buscando efetivar o caráter de “inclusão social” dos agricultores familiares foi constituída a Cooperativa da Agricultura Familiar do Território de Irecê (COAFIT) materializando, desta forma, as orientações da política dos territórios de identidade elaboradas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Além disso, a fábrica de Biodiesel no município de Iraquara, a 200 Km da cidade de Irecê foi inaugurada no ano de 2007 impulsionando o projeto dos agrocombustíveis.

Não temos condições técnicas e teóricas de fazer uma avaliação mais detalhada da situação neste texto, porém, trabalhamos com a hipótese de que poderá ocorrer uma maior concentração de terra e prejuízos e perdas para os camponeses da agricultura familiar. Exceto se o movimento das lutas de classes e a correlação de forças forem modificados impulsionando uma organização mais radicalizada e melhor articulada entre os agricultores.

Porém, não existe na região a presença de movimentos de lutas sociais de

luta pela terra¹², mas sim a tradição do movimento sindical rural tendo na Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG) a sua referência.

Esta entidade tem uma forte presença na organização das Associações de Trabalhadores Rurais sediadas nos povoados da região. A FETAG tem estimulado a participação dos trabalhadores rurais nos projetos governamentais para a implementação da política dos agrocombustíveis na região que são referendadas e disputadas por meio das plenárias e oficinas na política dos “Territórios de Identidade e cidadania” da Bahia, bem como através dos programas governamentais (PRONAF¹³, por exemplo).

Neste sentido, os questionamentos acerca de como o fenômeno do agrocombustível se manifestará em Irecê está em aberto, mas cabe registrar que: a) atualmente a Odebrecht é proprietária de 230 mil hectares na região de Irecê e vem buscando parceiros para a exploração destas terras. B) “Existem cerca de 250 mil hectares de área com infra-estrutura pronta para iniciar a produção agrícola, mas 100 mil não estão produzindo nada.” (A Tarde, 2006). C) visitas frequentes de empresas multinacionais vêm ocorrendo e informações, ainda não oficializadas, dão conta de que há um aumento do número

www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view&no tid=7376.

¹² Recentemente, o MST iniciou um movimento de acampamento no município de Central – BA.

¹³ Programa Nacional da Agricultura Familiar.

de pequenos agricultores que estão vendendo suas propriedades a preços baixos.

Os fatos e dados concretos de regiões onde predominam o agronegócio indicam uma profunda concentração fundiária. No Oeste baiano, por exemplo, local de alta produtividade de soja e algodão constata-se uma concentração extrema de terras. Dois terços das propriedades rurais têm mais de 500 ha, mas estas propriedades correspondem a menos de 5% do número total de propriedades rurais perfazendo um índice de GINI de 0,831, em 1996.¹⁴

É importante registrar ainda que a política do agronegócio e dos agrocombustíveis se amplia no marco do governo Lula. Este é um governo de coalização de forças sociais e político-partidárias diversas o que gera um governo difuso, sem unidade e consciência do contexto histórico da luta de classes. Um governo que adota medidas de apoio às iniciativas do agronegócio e, por outro lado, promove medidas de compensação para os pobres do campo (bolsa-família, luz para todos, previdência) (MST, 2007).

Alguns dados ilustram a afirmação. Observando a distribuição do crédito rural oferecido para a safra 2005/2006 constata-se que R\$ 44,4 bilhões foram destinados

¹⁴ ZELHUBER, Andréa e SIQUEIRA, Ruben. **Rio São Francisco em descaminho: degradação e revitalização.** Disponível em http://www.umavidapelavida.com.br/detalhe_e_specialistas.asp?ID=196

para o agronegócio e R\$ 9 bilhões para os camponeses.¹⁵ Segundo o MST:

A política de crédito rural através do PRONAF atinge ao redor de 1,5 milhão de famílias de pequenos e médios agricultores, remediados, já consolidados e adequados ao mercado capitalista. Não beneficia as 3 milhões de famílias mais pobres. A maior parte do crédito resulta em financiamento da venda de insumos industriais pelas empresas (MST, 2007, p.11).

Analisando o movimento das políticas e da concentração de terra e de renda no Brasil, inferimos que a agricultura camponesa e familiar são relegadas a segundo plano na produção, ficando com áreas de nichos de mercado ou setores integrados à agroindústria. Diminui-se cada vez mais a participação dos pequenos produtores sobrando para os trabalhadores do campo as políticas de compensação social ou o êxodo rural e/ou agrícola¹⁶.

Neste sentido, a produção agrícola de oleaginosas e da cana-de-açúcar na região de Irecê são conduzidas por meio da política de Territórios de Identidade e Cidadania. Confirma-se assim, na região de Irecê, aquilo que o professor Bernardo

¹⁵ Fonte: Jornal Brasil de FATO, ed. 163, 2006.

¹⁶ O Êxodo agrícola diz respeito a um novo fenômeno nas relações de trabalho e de posse da terra no campo em que pessoas que são excluídas ou abandonam as atividades agrícolas se ocupam de outras atividades, freqüentemente não agrícolas. O relatório da SEES/Bahia (2003, p. 12) “aponta para o crescimento de ocupados não-agrícolas, aposentados e pensionistas que se mantêm no meio rural – taxas de 3,7%, 10,8%, e 5,7% anuais, respectivamente, no período 1992/1998.

Mançano afirma: *“o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelo capital.”* (FERNANDES, 2008, p.52)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto tentamos fazer uma primeira aproximação deste projeto de desenvolvimento das forças produtivas e sua manifestação particular na região de Irecê fundado na perspectiva do agro/hidronegócio em relação aos agrocombustíveis, em especial o “biodiesel”.

Ainda não podemos chegar a conclusões mais precisas posto que o processo de implantação da produção da mamona e do peão manso na região para fins de produção de agrocombustíveis na lógica dos programas do Governo Federal ainda estão em fase inicial demandando, desta feita, o aprofundamento de pesquisas.

Contudo, a partir das experiências em outras localidades e considerando que a lógica fundante da produção burguesa, já observadas por Marx no século XIX, segue um padrão universal, qual seja, “a produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 2004, p. 571), podemos dizer que a expansão do território do capital na

região de Irecê tenderá a subsumir os pequenos agricultores num processo de destruição cada vez mais intensa do território camponês. Mesmo que estes agricultores permaneçam na sua terra estarão submetidos aos preços e “ânimos” de empresas e mercados que compram a sua mamona, apesar da existência da Cooperativa da Agricultura Familiar do Território de Irecê (COAFIT).

Porém, a lógica da contradição do capital poderá gerar formas de lutas e resistências dos pequenos agricultores haja vista que a dinamicidade das relações sociais poderá animar projetos de organização para além da lógica produtiva capitalista.

Neste sentido, inferimos ser de fundamental importância a ampliação da organização dos trabalhadores rurais na região de Irecê seja para a busca de soluções de seus problemas mais urgentes, seja para a construção de lutas de médio e longo prazo para o enfrentamento às ilusões, cooptações e subordinação do trabalho ao capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Tarde. **Licitação para Baixio de Irecê sai em 90 dias**. Salvador, 2006. Disponível em www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view¬id=7376.

CDAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional BA.). **Programa de**

Desenvolvimento Regional Sustentável da Região Irecê – PSDR IRECÊ. Salvador, 2004

DOURADO, Gicélio de Castro. O impacto da mecanização no município de Irecê na década de 70 e os reflexos para os pequenos e médios agricultores. 2003 . 65f Monografia (especialização em metodologia do ensino superior). Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias. Campus XVI. Universidade do Estado da Bahia. Irecê-BA, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In do SANTOS, Clarice Aparecida. **Por uma educação do campo: campo – políticas públicas – educação.** Brasília, Inca; MDA, 2008.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da economia política: Livro I - O processo de produção do capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social.** Crítica ao Padrão Emergente de Intervenção Social. São Paulo: Cortez, 2002.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Cartilha de subsídio para estudo – keno vive. - Cartilha nº 8.** MST: São Miguel do Iguaçu, 2007.

PCB. **Resoluções do XIII Congresso do PCB.** São Paulo, 2005.

PINTO, Edivan; MELO, Marluce, MENDONÇA, Maria Luisa. **O mito dos biocombustíveis.** 2007. Disponível em www.mst.org.br/artigos (acesso em 14/07/2008)

PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DO BIODIESEL.

Biodiesel.. O novo combustível do Brasil. Disponível em: <<http://www.biodiesel.gov.br>. Acesso em 10 de junho de 2008.

RIBEIRO, Silvia. **Corporações, agrocombustíveis e transgênicos.** 2007. Disponível em: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4460> (acesso, 14/07/2008)

SEES-BA (Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia). **Recentes transformações no rural baiano.** Salvador: SEI, 2003.

SEPLAN-BA (Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia). . **Relatório Perfil Territorial – Território de Irecê.** Disponível em <http://www.seplan.ba.gov.br/imagens/pdf/01.pdf>.

SOARES, Warley Rogério Fulgêncio. Desigualdade de renda nas Microrregiões baianas: uma análise a partir do emprego Formal. In Revista Desenbahia, Salvador BA, nº 7, set. 2007.

STÉDILE, João Pedro. **A luta pela reforma agrária e a produção do conhecimento.** In ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária). II Seminário Nacional: o MST e a pesquisa. Veranópolis/RS: Cadernos do ITERRA. Ano VII, nº 14, Dezembro de 2007.

ZELLHUBER, Andréa e SIQUEIRA, Ruben. **Rio São Francisco em descaminho: degradação e revitalização.** Disponível em http://www.umavidapelavida.com.br/detalhe_especialistas.asp?ID=196

